

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.832.772 - SC (2019/0246282-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF
ADVOGADOS : ESTEFANIA FERREIRA DE SOUZA DE VIVEIROS - DF011694
BRUNO BATISTA LOBO GUIMARAES - DF036192
LEANDRO PITREZ CASADO - SC048535
DIEGO TORRES SILVEIRA - SC048534
EMBARGADO : NILTON DA SILVA
ADVOGADOS : RÉGIS ELENIO FONTANA - SC025014
DAISSON FLACH - RS036768
RICARDO ZENERE FERREIRA - RS087039
INTERES. : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
ADVOGADO : DANIEL BARBOSA LIMA FARIA CORREA DE SOUZA E OUTRO(S)
- RS065085

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL.
OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE
REJULGAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Cuida-se de embargos de declaração opostos por Fundação dos Economiários Federais - Funcef à decisão monocrática proferida por este signatário, a qual deu parcial provimento ao recurso especial, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 988):

RECURSO ESPECIAL. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015 NÃO CONFIGURADA. INCLUSÃO DA CTVA NA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PARA A FUNCEF. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO.

Em suas razões (e-STJ, fls. 988-996), a embargante alega omissão quanto à inexistência de pedido de julgamento da demanda pela Justiça Trabalhista na petição inicial, bem como a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar matéria previdenciária.

Impugnação às fls. 1.007-1.017 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Com efeito, os embargos de declaração se revestem de índole particular e fundamentação vinculada, cujo objetivo é o esclarecimento do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição, omissão ou erro material (art. 1.022 do CPC/2015), não possuindo natureza de efeito modificativo.

Nesse sentido:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA SUSCITADO POR EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FACE DE JUÍZO DO TRABALHO - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - EXECUÇÃO TRABALHISTA - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO UNIVERSAL - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022, do CPC/15 (art. 535, CPC/73), são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decida.

[...] 4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl nos EDcl no AgRg no CC 122675/RJ, Rel. Min. Marco Buzzi, Segunda Seção, julgado em 14/06/2017, DJe 22/06/2017)

No caso concreto, não se verifica o aludido vício, mas apenas a pretensão de rejugamento da causa em razão do seu inconformismo com resultado, tornando inviável o acolhimento dos aclaratórios.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Brasília-DF, 26 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator